

Monteiro Lobato e a Produção de Livros Escolares em São Paulo nos Anos 20.

Marcia de Paula Gregorio Razzini (UNICAMP)¹
marcia.razzini@gmail.com

Resumo:

No final de 1920, Lobato publicou *A Menina do Narizinho Arrebitado*, marco da literatura infantil brasileira, livro que daria origem, no ano seguinte, a uma versão escolar, intitulada *Narizinho Arrebitado. Segundo livro de leitura para uso das escolas primárias*, publicado em formato menor, porém com muitas páginas a mais, para poder abrigar as outras histórias acrescentadas. A alta tiragem de 50 mil exemplares do seu didático de estréia, mesmo para um livro de leitura, sugere que Monteiro Lobato confiava nas possibilidades de autorização e adoção oficial do seu produto, posição reforçada pela rede de relações profissionais e pessoais que ele mantinha com homens de letras e com autoridades, inclusive as de ensino, como apontaram pesquisas sobre sua produção editorial. Matizar tais relações e a produção inicial de obras escolares patrocinadas por Monteiro Lobato é o objetivo deste trabalho.

Palavras-chave: livros escolares – Monteiro Lobato – produção editorial em São Paulo

1. Introdução

Monteiro Lobato, assim como outros editores estabelecidos na capital paulista entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, como Francisco Alves, Augusto Siqueira, os irmãos Weiszflog, logo optou pela inclusão de livros didáticos em seu catálogo.

A década de 1890 foi marcada por grande desenvolvimento da indústria gráfica no Estado de São Paulo. Só na capital registram-se até esse período 290 tipografias e litografias (GONÇALVES, 1995), muitas dedicadas à impressão de periódicos e ao impresso comercial (rótulos, folhetos, cartazes, clichês, cartões postais e de visita, etc). Além do aumento da circulação de jornais, a capital paulista assistiu à eclosão de diversos materiais impressos, especialmente da revista, gênero de publicação periódica que, junto com o jornal e o cartaz, “aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem” (MARTINS, 2001, p. 166-177). O sensível aumento da produção editorial vinha acompanhando não apenas o desenvolvimento da indústria gráfica, mas também a expansão da escola pública elementar, patrocinada pelo governo estadual.

Após a Proclamação da República, São Paulo foi o primeiro a colocar em prática um projeto de modernização da educação popular para todo o estado e, ao renovar seu sistema oficial de ensino elementar, influenciou outras unidades da federação na instalação de sistemas similares, fornecendo modelos e mão-de-obra especializada para Santa Catarina, Mato Grosso, Sergipe e Espírito Santo, na década de 1910, e para o Paraná, Goiás, Pernambuco e Piauí, na década de 1920 (*Poliantéia do centenário do ensino normal em São Paulo*, 1946).

O aumento do consumo de livros didáticos representa um marco no acesso à educação

¹ Pós-doutoranda junto ao Departamento de Teoria Literária do IEL-Instituto de Estudos da Linguagem, da UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas; pesquisadora-colaboradora do CEFIEL-Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação na área de Estudos da Linguagem (IEL-UNICAMP).

elementar, que teve ampla difusão na Europa e América, sobretudo no último quarto do século XIX, e o expressivo crescimento do mercado de livros escolares deve ser encarado como parte das condições de infra-estrutura (física e cultural) criadas para a consolidação dos sistemas nacionais de educação pública (CARBONE, 2003, p. 14), sistema educacional público que, no Brasil, foi assumido financeiramente pelos estados, de maneira descentralizada, ao menos até 1930, quando foi criado o ministério da educação. É nesse contexto, portanto, de expansão editorial e de desenvolvimento da escolarização elementar que a produção inicial de livros didáticos encetada por Monteiro Lobato será matizada.

2 A expansão escolar e o aumento da produção editorial

A expansão da escola pública primária no Estado de São Paulo, traduzida na invenção dos Grupos Escolares, iniciada com as reformas empreendidas por Caetano de Campos, em 1890, viria acelerar a produção e ampliar o mercado de trabalho, envolvendo professores, artistas, escritores, jornalistas, editores e técnicos na escrita, ilustração e produção de livros didáticos.

Se, em 1908, existiam 80 Grupos Escolares (18 na capital e 62 no interior), em 1913, eles já eram 120 (25 na capital e 95 no interior) e, em 1918, o número de Grupos Escolares já somava 176 (30 na capital e 146 no interior). Os dados levantados sempre confirmam a ampliação deste modelo escolar na rede estadual de ensino, tanto no aumento de prédios, alunos e professores, como na crescente concentração das matrículas nos Grupos Escolares. Em 1918, as escolas estaduais respondiam por mais de 72% das matrículas do ensino primário (45% nos Grupos Escolares e 27% nas Escolas Isoladas) e o sucesso dos Grupos Escolares confirma-se ainda nos índices de frequência, pois eles concentravam quase 65% dos alunos que frequentavam a escola pública primária, justificando os investimentos oficiais para sua modernização (RAZZINI, 2005 e 2007).

A reunião de pequenas escolas isoladas no prédio do Grupo Escolar permitiu a concentração de muitos alunos, viabilizando a organização de turmas maiores e mais homogêneas, em cada sala de aula, tanto com relação à idade e ao sexo, quanto ao grau de adiantamento nos estudos. Com classes mais homogêneas, o novo modelo escolar reorganizou o espaço, compondo turmas de cerca de 40 alunos em cada sala de aula, então projetada e mobiliada para receber essa quantidade de alunos. Essas turmas passaram a se diferenciar não só pelo sexo (a ala masculina era separada da ala feminina nesses prédios), mas também segundo a idade e os estágios de aprendizagem, o que reorganizou o tempo escolar, agora fracionado em níveis graduados, segundo um programa de estudos pré-estabelecido, onde a duração de cada nível correspondia a um ano letivo, sendo que o curso primário ficou definido em quatro anos. (Idem).

Os Grupos Escolares renovaram o modo simultâneo de ensino, que consistia na ação do professor dirigida a toda a turma (que se opunha ao modo individual, quando o professor ensinava separadamente a cada aluno), aplicando-o durante a maior parte do tempo do curso primário. Tal modo de interação professor-aluno passou a exigir que cada aluno tivesse seu próprio material escolar, de modo que todos pudessem participar simultaneamente das práticas escolares. O modo simultâneo também era considerado o mais indicado para a aplicação do método intuitivo, assim chamado porque dava muita importância à intuição e à experiência do aluno, à ação através dos sentidos, incentivando o uso da ilustração e do desenho, o que tornou a imagem tão importante quanto o texto dentro da sala de aula (Id.).

Acompanhando esta mesma tendência de valorização da imagem, nota-se que os livros

dirigidos ao ensino elementar (assim como os livros de literatura infantil) passaram a apresentar cada vez mais ilustrações e fotografias, inclusive nas capas, ampliando também o mercado de trabalho para artistas que até então atuavam em jornais e revistas. Importante frisar que a adoção do método intuitivo e o uso da imagem como importante recurso pedagógico só foi possível graças aos avanços das técnicas de impressão e das técnicas de fabricação do papel, em curso desde a metade do século XIX, que baratearam o custo do material didático impresso. Além de livros ilustrados com várias técnicas, às vezes com “clichês” importados, os alunos brasileiros passaram a conviver (ainda no século XIX) com mapas geográficos e quadros murais do ensino intuitivo pendurados nas paredes das salas de aula, muitos deles coloridos, através da técnica da cromolitografia (Id.).

Com a preocupação de profissionalizar a carreira docente, embora oferecendo ensino inferior ao da Escola Normal da Praça, até 1913 o governo já havia instalado mais nove Escolas Normais (chamadas de Escolas Complementares, entre 1895 e 1917) nas cidades de Itapetininga, Piracicaba, Campinas, Guaratinguetá, Pirassununga, São Carlos, Botucatu, São Paulo (Brás) e Casa Branca. Publicações oficiais, como revistas e anuários de ensino, complementavam os conteúdos oferecidos nas Escolas Normais, não só reforçando-os e ampliando-os, mas também tentando atingir os professores que já lecionavam antes das reformas (Id.).

Em São Paulo, desde o início da República o governo controlou a entrada dos livros didáticos nas escolas públicas primárias, quer seja sob a alegação que precisava garantir a uniformização do ensino, quer seja porque legislava sobre programas e currículos, ou ainda porque se convertera em principal comprador do produto. Assim, só poderiam ser adotados nas escolas públicas os livros didáticos previamente aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública e, depois, pela Diretoria Geral de Instrução Pública ou pelas sucessivas comissões oficiais designadas para isso. Outro fator relevante do controle estatal sobre os livros didáticos era o estabelecimento de que só os livros de leitura podiam ser destinados ao uso dos alunos, elegendo, portanto, cartilhas de alfabetização e livros de leitura graduada como os produtos de maior consumo nas escolas públicas, restrição que também eximia o governo de fornecer livros didáticos das demais disciplinas, que deveriam ficar a cargo do professor (Id.).

Fora do controle do Estado, mas igualmente importante para a produção do livro didático, era a progressiva (e massiva) evasão escolar nas escolas públicas paulistas. Em 1904, calcula-se que 40% das classes dos Grupos Escolares eram destinadas ao primeiro ano, fato que tornava muito mais atrativo economicamente o segmento editorial dirigido aos iniciantes do curso elementar. A evasão escolar era proporcionalmente muito maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, por isso o tempo de escolarização definido pelo governo nas Escolas Isoladas rurais era sempre menor, variando entre dois e três anos. Em 1918, 39% das classes dos Grupos Escolares eram destinadas ao primeiro ano, 28% ao segundo, 20% ao terceiro e apenas 12% ao quarto ano, cifras que se perpetuaram até 1930, quando se registra que nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas paulistas 52% do total de matrículas do curso primário eram para o primeiro ano, 27% para o segundo, 13% para o terceiro e só 7% para o quarto ano (Id.).

Tal situação, reproduzida durante muito tempo, pode ser notada nas múltiplas tiragens das cartilhas de alfabetização e dos primeiros volumes dos livros de leitura graduada, além da grande quantidade de títulos deste segmento lançada constantemente no mercado brasileiro, refletindo assim a concorrência acirradíssima entre as editoras (Id.). Diante desse quadro de produção e circulação de livros escolares nas escolas públicas paulistas, a decisão de Monteiro Lobato de publicar um livro de leitura destinado ao segundo ano do curso primário ganha contornos decisivos para um editor (e

autor) que tentava se firmar num mercado tão competitivo.

3 Lobato editor (e escritor) de livros escolares

A trajetória de Monteiro Lobato como editor começou em 1918, quando adquiriu a *Revista do Brasil* (Bignotto, 2007, p. 182). Esta fase inicial de sua trajetória é pouco conhecida, como apontam vários estudos (AZEVEDO, 1998; LAJOLO, 2000; MARTINS, 2003; BIGNOTTO, 2007; TIN, 2007; LAJOLO e CECCANTINI, 2008). Além disso, como o interesse de tais pesquisas recaem muito mais sobre a compreensão da produção e circulação das obras literárias que Lobato escreveu e/ou editou, nota-se que são ainda menos conhecidas as circunstâncias de produção e consumo das obras didáticas que ele escreveu e/ou editou. Por isso, partindo do quadro educacional anteriormente traçado, sobre a produção e circulação dos livros escolares em São Paulo, centradas em cartilhas de alfabetização e livros de leitura graduada, produzidas por profissionais da educação cada vez mais especializados, num mercado editorial cada vez competitivo, cabe aqui perguntar: como Monteiro Lobato passou a publicar livros escolares, seja como autor, seja como editor?

No final de 1920, Lobato publicou **A Menina do Narizinho Arrebitado**, “com capa ilustrada e cartonada, de 29 x 22 cm, 43 páginas e muitos desenhos coloridos de Voltolino” (AZEVEDO et al, 1998, p. 158), marco da literatura infantil brasileira, livro em forma de álbum ilustrado que Menotti del Picchia recomendava “no **Correio Paulistano** de 23 de dezembro” como um “belo presente de Natal de 1920” (Apud AZEVEDO et al, 1998, p. 158). Em 1921, Lobato publicaria a versão escolar desse livro, intitulada **Narizinho Arrebitado. Segundo Livro de Leitura para Uso das Escolas Primárias**, acrescido de outras histórias, totalizando 181 páginas, porém, em formato menor, o chamado formato in-oitavo, tamanho comum dos livros didáticos daquela época, medindo 18 x 23 cm, também com ilustrações de Voltolino, mas agora em preto e branco (LOBATO, 1921). A proximidade de títulos e de conteúdo de ambos os livros gerou confusão, sendo que alguns estudos apontam um único título.

Para se ter ideia da concorrência e do mercado de livros escolares, ao qual Lobato então se lançava no início de 1921, podem ser úteis os dados sobre a quantidade de títulos publicados por três editoras estabelecidas na capital paulista. Os dados sobre a produção da Livraria Francisco Alves, na época, a maior editora de livros escolares do país, dimensionam a dificuldade de pequenas editoras em publicar novos títulos do segmento dirigido ao uso dos alunos das escolas públicas estaduais. Observa-se que, entre 1875 e 1920, a Francisco Alves havia atingido a marca de 80 títulos, entre cartilhas e livros de leitura, sendo que a maior parte (63 títulos) foi publicada entre 1894, quando estabeleceu sua filial em São Paulo, e 1920 (RAZZINI, 2005). Já a Tipografia Siqueira, embora muito menor, desde o fim do século XIX, havia publicado 18 títulos entre cartilhas e livros de leitura, sendo que várias dessas obras migraram para o catálogo da Francisco Alves, sobretudo as de Arnaldo Barreto, Romão Puiggari e Ramon Roca Dordal (RAZZINI, 2007). Nota-se que até a recente Editora Melhoramentos (denominada Weiszflog & Irmãos, até dezembro de 1920), que iniciou a produção de livros em 1907, com o lançamento da **Gramática Expositiva**, de Educardo Carlos Pereira, já tinha lançado 7 títulos entre cartilhas e livros de leitura e publicaria até 1929 mais 12 títulos desse segmento (RAZZINI, 2007 e 2010).

Ao contrário das comissões oficiais de 1902 e de 1908, que aprovaram vários títulos de cartilhas e de livros de leitura para uso dos alunos do curso primário das escolas públicas, a comissão de 1918, composta por Sampaio Doria, Américo de Moura e Plínio Barreto, escolheu poucos livros,

dentre os muitos apresentados. No **Relatório Geral** da referida comissão, encarregada de “dar parecer” das obras “cujos autores e editores solicitavam aprovação oficial”, no segundo item, “Obras Adoptadas”, foram indicadas para a “aprendizagem da leitura”, no primeiro ano, as cartilhas de Teodoro de Moraes (**Meu livro**) e Gomes Cardim (**Cartilha infantil**), ambas da Tipografia Siqueira; e a de Mariano de Oliveira (**Cartilha analítico-sintética**), publicada em 1916 pela Weiszflog Irmãos. “Para a leitura” no primeiro, segundo e terceiro ano foram indicadas as obras de João Köpke (**1º, 2º e 3º Livro de leitura**), então editadas pela Livraria Francisco Alves; e “para a leitura” no quarto ano do curso primário, foi aprovado o livro **Através do Brasil**, de Olavo Bilac e Manuel Bomfim, já então *bestseller* didático da Francisco Alves, desde seu lançamento, em 1910 (**Anuario do Ensino**, 1918, p. 147-149). Por último, a comissão publicou uma extensa lista de livros para “leituras suplementares e auxiliares”, de modo que “cada professor, com inteira liberdade” pudesse escolher o livro que fosse “mais conveniente á classe” que dirigia:

6º – Para leituras suplementares e auxiliares, POESIAS INFANTIS de Olavo Bilac, LEITURAS PREPARATORIAS de Rita Macedo, LEITURAS PREPARATORIAS de F. Vianna e Miguel Carneiro, CONTOS INFANTIS de Julia Lopes, FABULAS de Justiniano da Rocha, PAGINAS INFANTIS de Mariano de Oliveira, COUSAS BRASILEIRAS de Puiggari-Barreto, PAGINAS INFANTIS de P. de Almeida, CONTOS INFANTIS[sic] de Julia Lopes, ALMA INFANTIL de Francisca Julia, HISTORIAS DE NOSSA TERRA de Julia Lopes, CONTOS PRATICOS [sic] de Coelho Netto e Olavo Bilac, NOSSA PATRIA de Rocha Pombo, CONTOS MORAES E CIVICOS de C. Góes, LEITURAS MORAES de Arnaldo Barreto, BIBLIOTHECA INFANTIL organizada por Arnaldo Barreto, MINHA PATRIA de Pinto e Silva, PEQUENOS TRECHOS de Octaviano de Mello, LEITURAS PRATICAS de João Köpke, LEITURAS MANUSCRIPTAS de B.P.R., MORAL PRATICA ELEMENTAR de Emilia Costa, DON'T, MEU LIVRO de Theodoro de Moraes, LIVROS DE LEITURA (1º, 2º e 3º) de Puiggari-Barreto, SEGUNDO e TERCEIRO LIVRO de Galhardo, PRIMEIRO, SEGUNDO e TERCEIRO LIVRO de Francisco Vianna, NOVAS LEITURAS de Roca e M. Oliveira (1º, 2º e 3º), CORAÇÃO DAS CRIANÇAS de Rita de Macedo, PALESTRAS SOBRE AS PLANTAS de C. Brilho, LEITURAS INTERMEDIARIAS de Maria Rosa. (**Anuario do Ensino**, 1918, p. 149)

Indicados para o treino dos alunos que já sabiam ler, os títulos destinados às “leituras suplementares e auxiliares”, em 1918, embora carregados de moralidade e/ou patriotismo, ganham contornos mais amplos, admitindo obras menos didáticas, como os pequenos volumes da **Bibliotheca Infantil**, organizada e adaptada por Arnaldo de Oliveira Barreto, para a editora dos Weiszflog, a partir de 1915, estreitando os laços entre literatura infantil e escola. Registra-se, assim, a entrada da literatura infantil de teor menos didático na escola pública paulista através da “leitura suplementar”, modalidade de leitura extensiva, em oposição à leitura intensiva, do livro único, pedra angular das práticas de leitura em sala de aula (CHARTIER e HÉBRARD, 1995). Por outro lado, tal modalidade de leitura só iria se desenvolver bastante após a criação das bibliotecas infantis nos Grupos Escolares, depois de 1925, quando foi inaugurada na Escola Modelo Caetano de Campos, a primeira biblioteca pública infantil do país, destinada aos alunos do curso primário, anexo à Escola Normal.

Se por um lado esses dados sobre a produção e aprovação oficial dos livros escolares contrariam a imagem de Lobato como editor revolucionário, construída por Edgar Cavalheiro, por

outro lado, eles dimensionam tanto a pujança do mercado de livros escolares, como seus limites. Nesse contexto, a proposta de Lobato, de lançar um livro de leitura como **Narizinho Arrebitado**, em 1921, vinha ao encontro da tendência observada nas autorizações de 1918, que abriu pequeno espaço para textos menos didáticos, ainda que fosse uma modalidade de leitura “suplementar”. Por outro lado, a proposta de Lobato também não deixava de ser inovadora e ousada, pois visava nadar contra a corrente das obras existentes até então, oferecendo um tipo de leitura escolar que era rara entre nós, conforme ele mesmo aponta na introdução dos “novos episódios de Narizinho” publicados na **Revista do Brasil**, em janeiro e fevereiro de 1921:

A nossa literatura infantil tem sido, com poucas exceções, pobríssima de arte, e cheia de artifício, – fria, desengraçada, pretensiosa. Ler algumas páginas de certos ‘livros de leitura’ equivale, para rapazinhos espertos, a uma vacina preventiva contra os livros futuros. Esvai-se o desejo de procurar emoções em letra de fôrma; contrai-se o horror ao impresso... Felizmente, esboça-se uma reação salutar. Puros homens de letras voltam-se para o gênero, tão nobre, porventura mais nobre do que qualquer outro. Entre esses figura Monteiro Lobato, que publicou em lindo álbum ilustrado o conto da ‘Menina do narizinho arrebitado’, e agora o vai ampliando de novos episódios (Apud AZEVEDO et al, 1998, p. 158)

Advogando em causa própria na nota introdutória e, portanto, lavrando o terreno para a recepção de sua obra, que já deveria estar no prelo, Lobato usava o espaço da **Revista do Brasil** para divulgar e promover seu novo livro, oferecendo amostras do produto, em forma de “alguns fragmentos das aventuras de Narizinho” (ARROYO, 1990, p. 200), talvez também com o intuito de aferir opiniões e colher impressões de leitores adultos. Contudo, a compreensão da enorme tiragem da primeira edição de **Narizinho Arrebitado**, assim como a versão sobre a venda de 30 mil exemplares para o governo paulista precisam ser melhor avaliadas, como indicou Bignotto (2007, p. 240). Acrescentaria, ainda, que tal revisão é questão central para ultrapassar o anedotário lobatiano, pois mesmo para um livro de leitura da época, 50 mil exemplares na primeira edição (MARTINS, 2003, p. 89) era um número bem exagerado (sobretudo para um livro como esse, que patrocinava nova proposta de leitura), a menos que seu consumo tivesse uma perspectiva segura de venda. A quantidade de 50 mil exemplares é confirmada por várias fontes, como o **Catálogo** da Monteiro Lobato & Cia Editores, de 1923 (BIGNOTTO, 2007), que registra que a primeira edição de **Narizinho Arrebitado** atingira o “50º milheiro”, e que cada exemplar era vendido por 2\$500 (dois mil e quinhentos réis). A 3ª edição de **Negrinha** (1923), de Monteiro Lobato, registra que a produção de **Narizinho Arrebitado** chegara a 60 milheiros.

Outros editores, na mesma época e na mesma cidade, preferiram arriscar menos do que Lobato investira na primeira edição de seu primeiro livro didático, como os irmãos Weiszflog, que produziram apenas 5 mil exemplares de cada volume da série de **Livros de Leitura** de Erasmo Braga, autor que firmara compromisso com os editores, de dar à obra um feitiço técnico que pudesse habilitá-la à aprovação oficial (RAZZINI, 2007). De fato, os três volumes de Erasmo Braga publicados entre 1919 e 1921, foram aprovados junto com **Narizinho Arrebitado** para “serem usados nas escolas primárias durante o corrente anno”, conforme noticiou o **Diário Oficial**, de 12/04/1921.

O registro das relações de Monteiro Lobato com a Liga Nacionalista (1917-1924) é bem menos comum na historiografia da produção editorial do que sua associação com a primeira fase da **Revista do Brasil** (1916-1925), ou com o grupo do jornal **O Estado de S. Paulo**, onde escrevia e publicava, cujos membros também oriundos da Academia de Direito da capital, formavam um grupo intelectual e político um tanto homogêneo (ALDDUCI, 2002). Entre os sócios da Liga Nacionalista “que

integraram sua Diretoria e Conselho Deliberativo, entre 1917 e 1919”, estão:

Amadeu Amaral, Sampaio Dória, Francisco Morato, Frederico Vergueiro Steidel, Henrique Bayma, Sampaio Vidal, Monteiro Lobato, Jorge Street, José Carlos de Macedo Soares, Cardoso de Melo Neto, Júlio Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Gama Cerqueira, Luiz Pereira Barreto, Mário Pinto Serva, Rangel Pestana, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Reinaldo Porchat e Waldemar Martins Ferreira (ALDDUCI, 2002).

A ligação de Lobato com Antonio de Sampaio Dória e com outros sócios da Liga Nacionalista fica patente nos sucessivos títulos que lançou nas “Edições da Revista do Brasil” e das “Edições da Sociedade Editora Olegário Ribeiro” que depois “passaram a integrar o catálogo” da editora de Lobato, “a partir de 1922” (BIGNOTTO, 2007, p. 234). Tais relações se mostram particularmente profícuas para explicar a confiança, medida em 50 mil exemplares da primeira edição de **Narizinho Arrebitado**, que seu autor-editor tinha na adoção oficial de seu primeiro livro didático. Fica evidente a rede de relações profissionais e de amizade que se estabeleceu entre Monteiro Lobato, Sampaio Dória e outros membros da Liga Nacionalista (MEDEIROS, 2005) que atuavam no ensino público paulista (e que também escreviam na **Revista do Brasil** e no jornal **O Estado de S. Paulo**), devendo-se acrescentar Antonio de Almeida Júnior e os então novatos Lourenço Filho, Sud Mennucci e Tales de Andrade, com os quais Lobato manteria laços duradouros e intrincados.

Convém lembrar que, em 1918, a comissão encarregada pelo governo de autorizar os livros didáticos que seriam usados nas escolas públicas de São Paulo era formada por três integrantes da Liga Nacionalista: Sampaio Dória, Américo de Moura e Plínio Barreto, durante a gestão de outro membro da Liga Nacionalista, Oscar Thompson, à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública, de 1917 a 1920. Em 1919, a editora de Monteiro Lobato, Waldemar Ferreira e Olegário Ribeiro (que seria substituído por seu filho, Clóvis Ribeiro, também membro da Liga Nacionalista) publicou **O que o cidadão deve saber (manual de instrução cívica)**, livro de Sampaio Dória, encomendado (e provavelmente custeado) pela Liga Nacionalista.

Em abril de 1920, Antonio de Sampaio Dória foi escolhido como Diretor Geral da Instrução Pública, permanecendo no cargo apenas um ano, quando implantou reforma de ensino que gerou polêmica, pois, com o objetivo de diminuir drasticamente o analfabetismo, fixou o curso primário em dois anos obrigatórios, o que já se verificava na prática, conforme dados dos altos índices de evasão escolar, nos dois últimos anos do curso primário (de quatro anos). Depois que o projeto foi “submetido ao senado estadual, foi aprovada sem outras alterações, a lei n. 1750 de 8 de dezembro de 1920” (MEDEIROS, 2005, p. 227-233). Porém a regulamentação da reforma Sampaio Dória só seria aprovada pelo decreto n. 3356, de 30 de maio de 1921 e teria validade relativamente curta, até 1925, quando o curso primário voltou a ser de quatro anos.

Em novembro de 1920, período de tramitação do projeto no “senado”, a reforma recebeu muitas críticas, sobretudo por causa da redução do curso primário para dois anos e da cobrança de taxas. Monteiro Lobato saiu logo em sua defesa, em dois artigos publicados em **O Estado de S. Paulo**, de 19 e 20 de novembro, seguido por Lourenço Filho, que também escreveu a favor da reforma de Sampaio Dória, em três artigos publicados nesse mesmo jornal, de 19/11, de 29/11 e de 23/12/1920. Lourenço Filho e Sud Mennucci defenderam, ainda, a reforma de 1920 no **Jornal de Piracicaba**.

Maria Lúcia Hilsdorf, destaca a importância da nomeação de Lourenço Filho e de outros piracicabanos para a “implantação da reforma do sistema de ensino público paulista, empreendida

por Sampaio Dória” (HILSDORF, 2003, p. 99 e 101). Contudo, é preciso acrescentar que a distribuição de cargos tinha peso diferente nos vencimentos anuais dos escolhidos: enquanto um “Delegado Regional do Interior” (como Sud Mennucci), ganhava 9:600\$000 (nove contos e seiscentos mil réis); um professor “Cathedratico (até 6 aulas por semana)” de Escola Normal (como Lourenço Filho, Thales de Andrade, Hélio Penteadó e Antonio Ferraz) recebia 6:000\$000 (seis contos de réis). “A 31 de janeiro de 1921”, Lourenço Filho foi “nomeado professor da cadeira de Psicologia, da Escola Normal de Piracicaba e em comissão para reger a Prática Pedagógica nessa escola”, que tinha “classes duplas”, ou seja, era uma escola normal que tinha uma “secção masculina”, com 48 alunos, e uma “secção feminina, com 175 alunas. Isso quer dizer que Lourenço Filho recebia 6:000\$000 como professor de Escola Normal, mais 3:600\$000 de “Gratificação” como professor de “prática pedagogica em escola de classes duplas”, o que igualava seu salário ao de Sud Mennucci, que era Delegado Regional de Piracicaba. Traduzidas em cargos e valores de salários, as nomeações de Sampaio Dória elegeram Lourenço Filho e Sud Mennucci como os principais representantes da sua reforma na região de Piracicaba (RAZZINI, 2009).

Nesse quadro de reforma, a indicação de **Narizinho Arrebitado** como “Segundo Livro de Leitura”, isto é, que se dirigia ao uso dos alunos do segundo ano do curso primário (então composto de dois anos) adquire contornos mais definidos e menos anedóticos, como fez crer a versão de Edgar Cavalheiro, sobre a compra oficial desse livro, versão repetida à exaustão por vários estudos.

Dentro do universo restrito de aprovações oficiais de cartilhas e livros de leitura, em 1918, chama a atenção a aprovação de **Narizinho Arrebitado** e de outros poucos títulos, em 12 de abril de 1921, portanto, um pouco antes da saída de Sampaio Dória da Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo:

LIVROS DIDATICOS

Nota – Foi enviado pela Directoria Geral de Instrucção Publica a seguinte circular aos Delegados Regionais do Ensino sobre livros didaticos a serem usados nas escolas primarias durante o corrente anno:

<<Para uso dos cursos elementares e cursos medios das escolas publicas, no correr deste anno, ficam aprovados os seguintes livros didaticos:

1.) Os que foram recommendados pela “Commissão Revisora” nomeada pelo Governo em 1917, de accordo com o parecer publicado no Anuario do ensino de 1918;

2.) Mais as obras aqui enumeradas:

Saudades, de Thales de Andrade; Narizinho Arrebitado, de Monteiro Lobato; Livros de leitura, de Hilario Ribeiro; Arithmetica elementar, de J. E. Buchler; Rudimentos de historia do Brasil, de João Ribeiro; Lições de cousas, do dr. Saffray; Livros de Leitura, 1º, 2º e 3º de Erasmo Braga.

Dos livros, ultimamente apresentados para a aprovação official ainda muitos não foram examinados. Á medida, porem, que o forem, esta Directoria vos communicara aquelles aos quaes der a sua aprovação para uso escolar.

Em obediencia ao artigo 13, da lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920, ficam os professores com a faculdade de adoptar, entre os livros aprovados, aquelles que julgarem melhores.

De cada um dos livros aprovados deverá haver exemplares em cada grupo escolar, para o conhecimento devido dos professores.

No intuito de evitar dispendios, redundantes ou inuteis, aos paes de alumnos, deverá cada professor, que, ao encetar o seu trabalho, ja encontre os seus alumnos, com livros anteriormente adoptados mantel-os, enquanto utilizaveis na continuação

do ensino.>>> (**Diário Oficial**, 12/04/1921)

Quanto à venda de **Narizinho Arrebitado**, Edgard Cavalheiro aponta que o governo paulista adquiriu 30 mil exemplares para adoção nas escolas públicas elementares, segundo Lobato “uma avalanche nasal” (Apud AZEVEDO et al, 1998, p. 161), adoção que deve ter contribuído para que esse livro se tornasse “talvez, o maior sucesso comercial da editora” (BIGNOTTO, 2007, 240). A venda desses 30 mil exemplares para o governo paulista se confirma ainda no **Livro de Contas Correntes**, do Almocharifado da Secretaria do Interior, de 1920-1922, que registra o pagamento de 45:000\$000 (quarenta e cinco contos de Reis) à Monteiro Lobato & Cia, referente à nota fiscal no. 1665, de 3 de dezembro de 1921, liquidado pelo governo por meio do aviso 3437, de 30/12/1921, conforme o **Diário Oficial**, de 05/01/1922. Dessa forma, deduz-se que o preço acertado com o governo foi de 1\$500 (mil e quinhentos Reis) cada exemplar de **Narizinho Arrebitado**, vendido no varejo a 2\$500.

A tiragem de 50 mil exemplares de uma primeira edição é excepcional, ainda, quando confrontada com a da primeira edição das **Fabulas**, do próprio Lobato, que saiu em 1922, anunciada como de 10 mil exemplares. O caso isolado da grande tiragem de **Narizinho Arrebitado** indica que Monteiro Lobato confiava muito nas possibilidades de adoção oficial do seu livro de leitura e, como indicam várias pesquisas (LAJOLO, 2000; TIN, 2005 e 2007; BIGNOTTO, 2007), a rede de relações pessoais e profissionais que esse autor-editor mantinha com homens de letras e com autoridades de ensino era densa o bastante para lhe facilitar a venda e distribuição dos livros que escrevia e/ou editava, o que pode ter ocorrido tanto com a adoção oficial do **Narizinho Arrebitado**, quanto com outros livros didáticos que Lobato publicaria até 1925. O sucesso do primeiro livro didático de Lobato recai principalmente sobre “ções do editor com os políticos da época” (BIGNOTTO, 2007, 240), como Washington Luís e Alarico da Silveira, respectivamente, o governador do estado e seu Secretário do Interior, entre 1920 e 1924. Vista, porém, de outro ponto de vista, da produção e circulação dos livros didáticos e da reforma de ensino aprovada em dezembro de 1920, há fortes indícios que Monteiro Lobato tinha entabulado (também) com Sampaio Dória a indicação de **Narizinho Arrebitado**, como “Segundo Livro de Leitura para Uso das Escolas Primárias”.

De qualquer modo, Monteiro Lobato continuaria investindo nas edições escolares, das quais deveria se ocupar quase que exclusivamente no final e início do ano, como sugerem algumas de suas cartas (TIN, 2007). Na contra-capá do livro **Da Collocação dos Pronomes Complementos**, de Leonardo Pinto, “Lente da Escola de Commercio ‘Alvares Penteado’”, encontra-se uma lista de 17 “Livros escolares editados por Monteiro Lobato & Cia.”, cujos autores são os seguintes: o próprio Lobato (**Narizinho Arrebitado**, 1921; **Fabulas**, 1922), Thales de Andrade (**Saudade**), Benedito Maria Tolosa (**Cartilha de Alfabetização, Livros [ou Cadernos] de Problemas para o Ensino Primário e Ensino do Francez pelo Methodo Analytico**), Antonio de Sampaio Doria (**Como se Aprende a Língua**, em 2 volumes, **Curso Elementar e Curso Complementar; O que o Cidadão Deve Saber**), Miguel Milano (**Sciencias Physicas e Naturaes – Higiene**), Eduardo Carlos Pereira (**Grammatica Expositiva**, 2 volumes, **Curso Elementar e Curso Superior; Grammatica Historica**), Leonardo Pinto (**Conjunções; Conjugação dos Verbos Regulares, Irregulares e Defectivos da Lingua Italiana**), Fausto Lex (**A Pesca**, Biblioteca do Escoteiro) e Antonio de Almeida Junior (**Cartilha de Higiene**).

Depois da falência da editora de Monteiro Lobato, em 1925, sua sucessora, a Companhia Editora Nacional, continuaria editando as obras literárias e didáticas do antigo catálogo, mas se voltaria, cada vez mais, para a produção de livros escolares, garantindo aos editores o lastro seguro

das vendas de *bestsellers* didáticos:

Lobato entusiasma-se com a empresa, que se firma no mercado. “A nossa nova companhia vai muito bem, apesar de não ter feito ainda o grande negócio”, relata a Heitor de Moraes, seu cunhado, em março de 1926. “Basta te dizer que o movimento de vendas deste mês talvez exceda de 100 contos. Ora, isto para o segundo mês de trabalho é maravilhoso. No primeiro mês vendemos 60 contos. Cala o bico. Mas eu e o Octalles havemos de provar aos povos que somos inderrotáveis. Imagina tu que o capital social da grande empresa é só de 50 contos; no entanto, as 20.000 gramáticas [de Eduardo Carlos Pereira] que vendemos este mês, só elas, nos dão um líquido de 55 contos!” (AZEVEDO et. al., 1998, p. 190).

Referências Bibliográficas

- ADDUCI, Cássia C. **Uma nação à paulista. Nacionalismo e regionalismo em São Paulo (1916-1929)**. Tese (doutorado). São Paulo: PUC-SP, 2002.
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo: Augusto Siqueira, 1918.
- ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- AZEVEDO, Carmen Lucia, CAMARGOS, Marcia e SACCHETTA, Vladimir. Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia. 2ª ed. São Paulo: Senac, 1998.
- BIGNOTTO, Cilza C. **Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)**. Tese (doutorado) Campinas/SP: Instituto de Estudo da Linguagem, Unicamp, 2007.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. “Lourenço Filho em Piracicaba”. in: SOUSA, Cynthia Pereira de. **História da Educação: processos, práticas e saberes**. 3 ed. São Paulo: Escrituras, 2003.
- LAILOLO, Marisa. Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida. São Paulo: Moderna, 2000.
- LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- MARTINS, Ana Luiza. Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MARTINS, Milena. Lobato edita Lobato: história das edições dos contos lobateanos. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- MEDEIROS, Valéria A. **Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. Tese (doutorado). São Paulo: PUC-SP, 2005.
- RAZZINI, Marcia P. G. **Livro didático e expansão da escola pública elementar em São Paulo (1889-1920): a Livraria Francisco Alves**. Relatório de conclusão (Estágio de Pós-doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.
- RAZZINI, Marcia P. G. **Produção de livros didáticos e expansão da escola pública elementar em São Paulo na Primeira República: a Tipografia Siqueira e a Editora Melhoramentos**. Relatório de conclusão (Estágio de Pós-doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- RAZZINI, Marcia P. G. “‘Falar bem a própria língua não é uma prenda é um dever’: o cultivo da linguagem no curso de prática pedagógica de Lourenço Filho no Ceará”. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. (Org.). **O Curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- RAZZINI, Marcia P. G. “São Paulo, Cidade dos Livros Escolares”. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Org.). **Impresso no Brasil: 200 anos de livros brasileiros**. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 2010.

XII Congresso Internacional da ABRALIC
Centro, Centros – Ética, Estética

18 a 22 de julho de 2011
UFPR – Curitiba, Brasil

TIN, Emerson. “Não há nada mais raro na vida do que um companheiro”: cartas de Monteiro Lobato a Alarico Silveira. Jundiaí/SP: Revista **Argumento**, Ano VII, N. 13, Agosto/2005.

TIN, Emerson. **Em busca do “Lobato das cartas”: a contrução da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários**. Tese (doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas, 2007.